



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

RESOLUÇÃO SED Nº 002, DE 09 DE MAIO DE 2.016

Regulamenta a implantação, organização e eleição dos Conselhos Escolares nas Unidades da Rede Municipal de Ensino de Balneário Camboriú, e dá outras providências.

A Diretora Geral do Colegiado da Educação, do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, com fundamento no art. 82 da Lei Orgânica do Município – Lei Municipal nº 933/1990, e com fulcro no art. 17, da Lei Municipal nº 3.861/2015, e

- considerando o cumprimento do que estabelece a Constituição Federal do Brasil de 1.988, em seu art. 206, inciso VI, e ainda, a Lei Federal nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, art. 3º, VIII e art. 14, II, a Lei Federal nº 10.172/2001, que Aprova o Plano Nacional da Educação;
- considerando a necessidade de promover a democratização da gestão escolar e autonomia das escolas da Rede Municipal de Ensino, em especial, com a relevância dos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros;
- considerando da necessidade de melhorarmos cada vez mais, a qualidade da educação pública;
- considerando da necessidade de regulamentarmos o processo eletivo, a posse e o funcionamento dos Conselhos Escolares na Rede Municipal de Ensino, e, considerando o interesse público, promulga a seguinte resolução.

**Capítulo I
Da Instituição**

Art. 1º Os Conselhos Escolares das Unidades da Rede Municipal de Ensino, serão constituídos, de acordo com o que preconiza a Lei Municipal nº 3.861/2015, e de acordo com as normas desta Resolução.

Art. 2º O Conselho Escolar é um espaço democrático e permanente de articulação e debate, no qual o estabelecimento de ensino e a comunidade se identificam no enfrentamento dos desafios escolares, promovendo a constituição de um novo cotidiano escolar, com vistas à prática de uma contínua avaliação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino e ao acompanhamento e interferência nas estratégias de ação, que tem como objetivos:
I- Constituir-se em instrumento de democratização das relações no interior do estabelecimento de ensino, assegurando espaços de efetiva participação de sua comunidade nos processos decisórios sobre a natureza e a especificidade do trabalho pedagógico escolar, assim compreendido os trabalhos cujas bases estejam relacionadas à pedagogia, evidenciando métodos, técnicas, avaliação intencionalmente planejadas e tendo em vista o alcance de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

objetivos relativos à produção de conhecimentos, sempre em consonância com as diretrizes emanadas dos órgãos diretivos do estabelecimento de ensino, legislação e normas pertinentes;

II- promover o exercício da cidadania no interior do estabelecimento de ensino, articulando a integração e a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar na construção de uma escola pública de qualidade, laica, gratuita e universal;

III- sugerir políticas e diretrizes norteadoras da organização do trabalho pedagógico no estabelecimento de ensino a partir dos interesses e expectativas histórico-sociais, em consonância com os órgãos diretivos do estabelecimento de ensino e com a legislação vigente;

IV- acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido pela comunidade escolar, tendo como pressuposto o Projeto Pedagógico do estabelecimento de ensino, devidamente avaliado pela Secretaria Municipal de Educação, observados os limites da autonomia da escola.

Capítulo II

Da constituição e do mandato

Art. 3º O Conselho Escolar garantirá a representação de todos os segmentos da comunidade escolar, assegurada a proporcionalidade de cinquenta por cento para pais e educandos e cinquenta por cento para professores e demais funcionários efetivos na escola.

Parágrafo único: A comunidade escolar é compreendida como o conjunto de profissionais da educação atuantes no estabelecimento de ensino, educandos devidamente matriculados e frequentando regularmente, pais e/ou responsáveis legais pelos educandos.

Art. 4º O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e proporcionalidade previsto no artigo anterior, além do Diretor da Unidade Municipal de Ensino, terá no mínimo 08(oito) e no máximo 12(doze) componentes e obedecerá a seguinte proporcionalidade:

I- 25% de docentes;

II- 25% das equipes Técnica, Administrativa e de Apoio;

III- 25% de representantes de pais, mães ou responsáveis e membros da comunidade;

IV- 25% de alunos a partir dos 10 anos.

Art. 5º A proporcionalidade de pais, mães e responsáveis nos Núcleos de Educação Infantil, obedecerá o percentual de 50% (cinquenta por cento), com intuito de compensar a ausência de 25% (vinte cinco por cento) dos alunos com idade a partir de 10 (dez) anos.

Art. 6º A escolha dos membros do Conselho Escolar dar-se-á por meio de processo eleitoral com voto direto, secreto e facultativo, sendo considerados eleitos os que conseguirem maioria simples dos votos de conformidade com as disposições constantes desta resolução.

§ 1º Em caso de renúncia ou destituição do membro efetivo, a função será assumida automaticamente pela suplência, para complementação do mandato.

§ 2º Ocorrerá a perda de mandato nas hipóteses de renúncia, aposentadoria, desligamento do estabelecimento de ensino ou destituição do membro em razão de descumprimento de qualquer disposição constante da legislação e das normas atinentes ao funcionamento do Conselho Escolar, além da infringência a disposições estatutárias e regimentais.

§ 3º O Conselheiro representante do segmento dos pais, em caso de transferência do



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

educando, será automaticamente substituído pelo seu suplente.

§ 4º O conselheiro não poderá fazer-se representar por outrem em nenhuma hipótese, a não ser seu suplente.

§ 5º Em caso de vacância, circunstância caracterizada pela renúncia ou perda de mandato do membro eleito e de seu suplente, imediatamente será convocada eleição para a escolha do novo representante que completará o mandato.

§ 6º O exercício do cargo de conselheiro será sempre gratuito.

§ 7º Na ocorrência de circunstâncias que possam acarretar a perda de mandato por destituição, o Conselho Escolar, no prazo de 15 dias do conhecimento do fato, convocará uma Assembleia Geral para apreciação da matéria, conferindo ao Conselheiro o direito de ampla defesa e do contraditório, a fim de deliberar sobre sua permanência ou não, por maioria absoluta.

Capítulo III Das eleições

Art. 7º O processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Escolar, observadas as disposições constantes do artigo 3º desta resolução deverá ter início, para a 1ª eleição, 30(trinta) dias após entrar em vigor essa resolução. Para as eleições subsequentes observar 60(sessenta) dias antes do término do mandato da gestão vigente e ocorrerá em reuniões, de cada segmento, convocadas para esse fim.

Art. 8º Para a 1ª eleição o Gestor da unidade de ensino deverá convocar Assembleia com todos os segmentos e formar uma Comissão Eleitoral.

§ 1º Assim que constituída a Comissão Eleitoral essa passa a ser a única responsável pela condução de todo processo de organização e escolha do Conselho Escolar.

Art. 9º A Comissão Eleitoral, bem como seu Presidente e Secretário serão escolhidos em Assembleia Geral convocada, na 1ª eleição, pelo Gestor da Unidade e, nas demais, pelo Conselho Escolar

§ 1º A Comissão será composta paritariamente com um ou dois representantes de cada segmento que compõe a Comunidade Escolar.

Art. 10 A Comissão Eleitoral exercerá as seguintes atribuições:

- I – coordenar o processo eleitoral;
- II - providenciar, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, a infraestrutura necessária para a realização das eleições;
- III - garantir a lisura do pleito;
- IV – credenciar os candidatos e seus respectivos fiscais;
- V- estabelecer horário para início e término da votação, dando-lhe ampla divulgação;
- VI – apurar o resultado final da eleição e divulgá-lo, após o encerramento da apuração;
- VII – apurar e decidir em primeira instância todos os casos omissos e recursos impetrados;
- VIII- encaminhar ao Conselho Escolar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, o resultado final da eleição e pareceres quanto a quaisquer recursos impetrados.

Parágrafo único: A dissolução da Comissão Eleitoral, dar-se-á automaticamente com o encerramento do processo eleitoral e posse dos conselheiros eleitos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Art. 11 Ficam impedidos de compor a comissão eleitoral:

- I – candidatos;
- II – cônjuges dos candidatos;
- III – parentes dos candidatos, até 1º grau;
- IV – dirigente do estabelecimento de ensino.

Art. 12 Pela presente resolução ficam estabelecidos os dias 08 e 09 de junho do corrente ano para a primeira eleição do Conselho Escolar da Rede Municipal de Ensino de Balneário Camboriú.

§ 1º Dia 08 de junho eleição para pais e alunos, sendo que cada segmento só poderá votar em seu segmento (aluno/aluno, pais/pais).

§ 2º Dia 09 de junho eleição para docentes e não-docentes - novamente cada segmento só poderá votar em seu segmento (docentes/docentes, não-docentes/não-docentes).

§ 3º A eleição para Presidente e Vice-Presidente do Conselho Escolar obedecerá o exposto na Lei 3861/2015, capítulo IV, artigo 8º.

Art. 13 O edital de convocação para as reuniões de eleição dos representantes deverá ser afixado em local visível no estabelecimento de ensino, durante o período letivo; observando o prazo constante do artigo 7º desta Resolução, contemplando, no mínimo:

- I – período de inscrição de candidatos;
- II – critérios e documentação necessária para a candidatura;
- III – eleitores aptos.

§ 1º O edital de convocação estabelecerá as regras eleitorais, fixando, necessariamente, a data da posse dos novos representantes do Conselho Escolar, a qual não excederá dez dias após a 1ª eleição e/ou após o término da gestão anterior.

§ 2º A representatividade discente poderá ser orientada e assessorada pela Comissão Eleitoral.

Art. 14 Serão candidatos a conselheiros e eleitos por seus segmentos os integrantes dos professores, dos funcionários, pais e/ou responsáveis legais e educandos a partir de dez anos matriculados no estabelecimento de ensino.

§ 1º Os educandos com idade igual ou superior a dez anos, regularmente matriculados, poderão votar na escolha dos representantes de seu segmento.

§ 2º Considerar-se-ão em efetivo exercício, portanto com direito a voto, os servidores que estiverem em estágio probatório, afastados com amparo da lei, em decorrência de licenças, férias ou outras obrigações por lei.

§ 3º No segmento dos professores, o integrante do quadro próprio do magistério, terá direito a um voto por unidade onde exerce sua função.

§ 4º Nenhum membro da comunidade escolar poderá votar em mais de um segmento por Estabelecimento de Ensino, ainda que represente segmentos diversos ou acumule funções.

§ 5º Os pais e/ou responsáveis legais votarão uma única vez, representando seu segmento,



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

independente do número de filhos matriculados no Estabelecimento de Ensino.

§ 6º Não será permitido acumular voto e nem votar por procuração.

§ 7º Havendo empate entre os candidatos, serão adotados como critérios, por ordem de prioridade:

I – maior tempo no estabelecimento de ensino;

II – aquele que possuir maior idade.

Art. 15 A posse dos conselheiros eleitos dar-se-á em Assembleia Geral observando o prazo estabelecido no § 1º do artigo 13 desta Resolução.

Art. 16 A composição do Conselho Escolar deverá ser oficializada, obrigatoriamente, à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação.

**Capítulo IV
Dos Direitos, dos Deveres e das Proibições**

**Seção I
Dos Direitos**

Art. 17 São assegurados aos conselheiros no exercício de suas funções:

I – participar das reuniões do Conselho Escolar, opinando, argumentando e representando seus segmentos;

II – articular com os demais membros do Conselho Escolar;

III – ser informados, em tempo hábil, de todas as reuniões do Conselho Escolar;

IV – solicitar, em reunião do Conselho Escolar, esclarecimentos de qualquer natureza acerca das atividades do estabelecimento de ensino;

V – consultar, quando se fizer necessários, atas do Conselho Escolar;

VI – votar durante as reuniões do Conselho Escolar;

VII – reunir-se com seu segmento, de forma autônoma, utilizando-se de espaço físico mediante concessão, para deliberar sobre assuntos indicados em pauta de reunião do Conselho.

**Seção II
Dos Deveres**

Art. 18 Os conselheiros, além dos deveres assegurados por toda a legislação aplicável, terão os seguintes deveres:

I – representar as ideias e reivindicações de seus segmentos.

II – manter discrição sobre os assuntos tratados que não devam ser divulgados;

III – tomar conhecimento dos documentos constitutivos do Conselho Escolar, assim como do Regimento Escolar, do Projeto Pedagógico e das deliberações do Conselho Escolar;

IV – participar de reuniões do Conselho Escolar e estimular a participação dos demais conselheiros;

V – informar seus segmentos sobre as decisões tomadas nas reuniões do Conselho Escolar;

VI – justificar por escrito, suas ausências às reuniões do Conselho Escolar;

VII – manter constante comunicação com seus segmentos para levantar propostas e sugestões para as dimensões pedagógica, administrativa e financeira;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

VII – atualizar seu endereço, sempre que necessário, junto a secretaria do estabelecimento de ensino.

**Seção III
Das Proibições**

Art. 19 Aos conselheiros é vedado, além de outras disposições legais e normativas em vigor:

- I – tomar as decisões individuais que venham interferir no processo pedagógico-administrativo do estabelecimento de ensino;
- II – expor pessoa ou grupo à situações vexatórias;
- III – transferir a outra pessoa o desempenho do encargo que lhe foi confiado;
- IV – interferir no trabalho de qualquer profissional no âmbito escolar;
- V – divulgar assuntos que não se destinem a domínio público, tratados nas reuniões do Conselho Escolar;
- VI – fazer uso de suas funções em benefício particular;
- VII – adotar procedimentos técnico-administrativo e/ou pedagógico de competência da diretiva do estabelecimento de ensino.

**Capítulo V
Da Organização e Funcionamento**

Art. 20 O funcionamento do Conselho Escolar poderá ocorrer na forma de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e de reuniões do próprio órgão.

Art. 21 O Conselho Escolar, respeitadas as especificidades constantes dos atos constitutivos da pessoa jurídica, devidamente registrada nos órgãos competentes compõe-se, no mínimo, das seguintes estruturas organizacionais:

- I – Assembleia Geral;
- II – Comissão Executiva.

**Seção I
Da Assembleia Geral**

Art. 22 A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da comunidade escolar, em conformidade com a legislação vigente, constituída pela totalidade de seus membros.

Art. 23 As assembleias serão realizadas, em primeira convocação, com quórum de dois terços de titulares ou em segunda convocação, trinta minutos após, com o número de membros presentes.

Art. 24 As assembleias do Conselho Escolar serão lavradas em ata, pelo secretário, em livro próprio.

Art. 25 As deliberações do Conselho Escolar poderão ser tomadas por consenso e/ou voto, depois de esgotadas as argumentações de seus membros.

Parágrafo único. Caso não haja consenso, a deliberação será tomada por votação da maioria, sendo metade mais um do número dos membros presentes.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Art. 26 Os educandos, maiores de dez anos, terão igualmente direito a voz e voto, salvo nos assuntos que, por força legal, sejam restritivos aos que não estiverem no gozo da capacidade civil.

Art. 27 Compete à Assembleia Geral:

- I – dar posse aos Conselheiros eleitos;
- II – discutir, alterar e aprovar o estatuto do Conselho Escolar;
- III – apresentar sugestões para dinamizar o Conselho Escolar;
- IV – eleger a Comissão Eleitoral;
- V – debater temas polêmicos e importantes para a comunidade escolar e apresentar sugestões;
- VI – dissolver o Conselho Escolar, quando houver extinção do estabelecimento de ensino ou por atendimento às legislações vigentes;
- VII – destituir membros do Conselho Escolar, conforme disposto na presente Resolução;
- VIII – deliberar sobre todos os assuntos que de qualquer forma possam interferir no desenvolvimento das atividades do Conselho Escolar e do estabelecimento de ensino.

**Seção II
Das Reuniões do Conselho**

Art. 28 O Conselho Escolar deverá reunir-se periodicamente a fim de propor, renovar, acompanhar e avaliar, permanentemente, as ações implementadas no estabelecimento e ensino, os projetos desenvolvidos, os obstáculos encontrados e o nível de alcance das metas, bem como os objetivos estabelecidos no Projeto Político Pedagógico.

Parágrafo único. Após a convocação e divulgação da pauta de reunião do Conselho Escolar, cada representante de segmento procederá a reunião específica para que seja ouvida e respeitada a opinião de seus pares.

Art. 29 As reuniões do Conselho Escolar ocorrerão preferencialmente a cada mês, com calendário previamente estabelecido.

**Seção III
Da Comissão Executiva**

Art. 30 A Comissão Executiva do Conselho Escolar será eleita pelos membros do Conselho Escolar, respeitadas as disposições legais que disciplinam a matéria.

Art. 31 A Comissão Executiva do Conselho Escolar será constituída de:

- I – Presidente;
- II – Secretário.

Art. 32 Compete à Comissão Executiva:

- I – apurar preliminarmente a ocorrência de irregularidades no âmbito de sua competência;
- II – propor a perda de mandato dos membros da comissão executiva, por violação dos instrumentos legais;
- III – emitir parecer conclusivo sobre as matérias levadas à apreciação da diretoria executiva.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Art. 33 São atribuições do Presidente:

- I – convocar e presidir as assembleias ordinárias e extraordinárias.
- II – representar o Conselho em juízo e fora dele;
- III – apresentar calendário das reuniões ordinárias, para aprovação;
- IV – tomar providências quanto à correspondência recebida e expedida.
- V – promover o entrosamento entre os membros do Conselho;
- VI – coordenar todas as atribuições previstas no Regimento do Conselho;
- VII – alocar recursos físicos para a execução das ações deliberadas pela assembleia e outras que se fizerem necessárias em caráter de urgência.

Art. 34 São atribuições do Secretário:

- I – registrar em ata toda as reuniões;
- II – conservar sem rasuras e atualizado o livro de atas;
- III – ler a ata em reuniões ordinárias ou extraordinárias;
- IV – elaborar, organizar e arquivar as correspondências e documentações expedidas e/ou recebidas;
- V – elaborar e divulgar o edital de convocação para reunião ordinária e extraordinária;
- VI – manter em arquivos os documentos do Conselho Escolar;
- VII – exercer outras atribuições pertinentes ao cargo;
- VIII – publicar avisos e convocações de reuniões, decisões do Conselho Escolar e expedir convites.

**Capítulo VI
Das Disposições Transitórias**

Art. 35 Os Conselhos Escolares em funcionamento nos estabelecimentos de ensino integrantes da Rede Municipal de Educação terão prazo até a adequação de seus atos constitutivos à presente Resolução.

**Capítulo VII
Das Disposições Finais**

Art. 36 Os Conselhos Escolares integrantes da Rede Municipal de Educação terão garantida a existência de espaço voltado à guarda de materiais e documentos.

Art. 37 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 38 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú, 09 de maio de 2016.

Simone da Silva Ricardo
Diretora Geral do Colegiado da Educação



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO